

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

1 Considerando a impossibilidade de realização de reuniões presenciais como medida de
2 enfrentamento à pandemia de COVID-19, às 14h30min do dia 24 do mês de março de 2022,
3 reuniram-se em ambiente virtual os membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental
4 (APA) Aldeia-Beberibe: Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), Secretaria de Meio Ambiente e
5 Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE) – Parque Estadual Dois irmãos (PEDI),
6 Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Agência CONDEPE/FIDEM),
7 Prefeitura de Paudalho, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de
8 Pernambuco (UFRPE), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE),
9 Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP), Fórum Socioambiental de Aldeia
10 (FSaA), Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), Usina São José, Associação
11 Águas do Nordeste (ANE) e Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN), além de
12 representantes do Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP), da comunidade e servidores da
13 CPRH para debaterem sobre a seguinte pauta: **a) Aprovação da ata da reunião anterior; b) Posse dos
14 novos conselheiros titulares e suplentes; c) Apresentação sobre o andamento da
15 revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba; d) Atualização sobre
16 o projeto da Escola de Sargentos de Armas do Exército (ESA) no CIMNC; e) Atualização sobre o
17 projeto do Arco Viário Metropolitano; e f) Informes gerais.** Na função de gestora da APA e
18 Presidente do Conselho Gestor, iniciei a sessão dando boas-vindas a todos e agradecendo a presença
19 e pela compreensão pela necessidade da reunião virtual considerando a situação de pandemia.
20 Dessa forma, entramos então no primeiro ponto da pauta protocolar: **a) Aprovação da ata da
21 reunião anterior**, que se deu após apreciação do texto pelos conselheiros presentes, por
22 unanimidade. A seguir, passamos ao ponto: **b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes;**
23 no entanto, todos os presentes já foram devidamente empossados, de modo que passamos ao ponto
24 seguinte: **c) Apresentação sobre o andamento da revisão/elaboração dos planos de manejo da APA
25 e do RVS Mata de Miritiba.** Cedi a palavra à conselheira Fabiane Santos, do CEPAN, entidade
26 selecionada para a elaboração dos estudos, que apresentou dados sobre as atividades já realizadas e
27 os resultados parciais obtidos para as UCs, esclarecendo que a princípio o diagnóstico foi baseado em
28 dados secundários uma vez que as atividades de campo para coleta de dados primários ainda serão
29 realizados e, inclusive, solicitou contribuições em relação à indicação de locais potencialmente
30 subamostrados. A conselheira Fabiane destacou questões que podem comprometer a execução do
31 projeto, que foram a falta de aderência ao cronograma de execução de atividades diante da demora
32 na análise dos produtos por parte da SEMAS e do ITEP, além da negativa do Exército Brasileiro em

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

33 relação ao pedido de acesso ao RVS Mata de Miritiba, que está situado na área do CIMNC. Ao fim da
34 apresentação, demonstrei surpresa e preocupação com a negativa do Exército sobre o acesso ao
35 CIMNC e de como isso pode comprometer a elaboração de qualquer instrumento de gestão para o
36 RVS Mata de Miritiba, além de afetar também a atualização dos dados da APA Aldeia-Beberibe,
37 considerando estar nele situado o remanescente mais importante da UC. Comentei ainda sobre a
38 importância de potencializar a busca por pesquisas de invertebrados, já que temos registros de
39 pesquisas desse grupo na APA, de modo que é importante verificar se estes já compõem a base de
40 dados levantados pelo CEPAN. Nesse sentido, a conselheira Marina Falcão, da SEMAS/PEDI, e o
41 conselheiro Herbert Tejo, do FSaA, solicitaram que fosse compartilhada com o Conselho a
42 bibliografia utilizada para que seja possível identificar se as representações deste tem conhecimento
43 de outras pesquisas para incrementar os estudos. A conselheira Edneida Cavalcanti, da ANE,
44 comentou que sentiu falta de dados socioeconômicos e socioambientais nas informações
45 preliminares, sobretudo diante do aumento de novos empreendimentos que chegaram à APA nos
46 últimos anos, inclusive questionou se todos os empreendimentos tem o aval da CPRH para se instalar
47 ou ao menos dos órgãos municipais. Expressou que se sente desmotivada para tratar de questões
48 relacionadas à proteção e conservação da UC diante do contexto de ameaças corroboradas pelo
49 próprio Governo do Estado, como a ESA e o Arco Viário Metropolitano, que apenas demonstram a
50 incoerência das iniciativas voltadas ao território. A conselheira Fabiane afirmou que compartilha da
51 desmotivação e indignação diante dos retrocessos que estão acontecendo, mas que não podemos
52 perder a oportunidade de avançar no sentido de estabelecer regramento para o território e manter a
53 agenda ativa. Em relação aos dados socioeconômicos, Fabiane afirmou que já foram levantados os
54 dados secundários dos órgãos oficiais, mas que os dados censitários do IBGE, por exemplo, estão
55 defasados por conta da não realização do censo no prazo previsto, de modo que apenas existem os
56 dados relativos ao ano de 2010, que provavelmente são os mesmos utilizados no plano de manejo
57 anterior, de 2012. Informou que também estão sendo analisadas as dinâmicas de uso do solo, bem
58 como relações com os planos diretores municipais. O conselheiro Herbert, do FSaA, sugeriu que o
59 levantamento de campo seja realizado na mata da Pitanga, considerando a importância para
60 conectividade, extensão e estágio sucessional, mas que foi muito pouco estudada. Questionou ainda
61 como o Conselho acompanhará a elaboração dos produtos, uma vez que até o momento não
62 recebemos nenhum documento para avaliar e contribuir, mesmo estando aproximadamente no
63 meio do período contratual. Em relação à rede de colaboração, sugeriu a realização de seminários
64 com os conselhos municipais de meio ambiente e de bacias hidrográficas regionais, especialmente o

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

65 COB Metropolitano Norte. Sobre a negativa de acesso ao CIMNC para realização de estudos de
66 campo, o conselheiro requisitou que fossem apresentados os documentos de solicitação e a referida
67 resposta negativa do Exército para conhecimento formal do Conselho, de modo a tentar buscar
68 medidas mais sérias para sua realização diante da legalidade da realização do estudo, sob o risco do
69 Governo de Estado abdicar da autoridade de fazer um ordenamento territorial de uma UC que já
70 existe há 10 anos; acerca dessa questão, apresentei o documento recebido pelo CEPAN em resposta
71 à solicitação de acesso. O conselheiro Herbert, do FSaA, continuou com a fala reforçando a
72 necessidade de um estudo de evolução de uso e ocupação do solo no território para caracterizar a
73 pressão imobiliária, sobretudo no âmbito da Lei Estadual nº 9860/1986, especialmente em relação às
74 áreas de M1, preferencialmente utilizando imagens de alta resolução. Nesse sentido, propôs que o
75 Conselho solicitasse o levantamento dos condomínios e loteamentos residenciais licenciados pela
76 CPRH e pelos órgãos municipais na APA Aldeia-Beberibe desde sua criação, ou seja, de 2010 a 2022,
77 o que foi acatado pela Plenária por unanimidade. Por fim, reforçou que o novo plano de manejo da
78 APA precisa ser muito realista para que seja possível identificar que empreendimentos que não se
79 compatibilizem com as definições de proteção do território, ou perderemos o sentido de se instituir a
80 área como protegida, uma vez que as leis não têm sido respeitadas nem pelos empreendedores, nem
81 pelo poder público e agora, também pelo Exército. A conselheira Silvana, da Agência
82 CONDEPE/FIDEM, pediu que a CPRH reiterasse o ofício enviado em novembro de 2021 à Secretaria
83 de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAS) da Prefeitura do Recife solicitando que a gestão da APA
84 Aldeia-Beberibe seja informada sobre os licenciamentos ambientais realizados na área protegida,
85 considerando que, por participar da Comissão de Controle Urbanístico (CCU) daquele município, já
86 presenciou inúmeros empreendimentos em análise sem o conhecimento da CPRH. Informei que por
87 vários anos, com exceção do período em que estive de licença maternidade e na pandemia,
88 encaminhei documentos às prefeituras de Recife, Paulista e Igarassu, que são os entes municipais
89 que já assumiram o controle ambiental em seus territórios. No entanto, apenas Paulista atendeu por
90 um período, de modo que nos últimos anos não tivemos qualquer registro nesse sentido. O
91 conselheiro Herbert sugeriu que notifiquemos o Ministério Público de Pernambuco para tomada de
92 providências, considerando o descumprimento de ato normativo por parte desses municípios. A
93 conselheira Mônica Rocha, da Usina São José, sugeriu que a demanda seja registrada como denúncia,
94 para que seja investigada a conduta dos municípios nos licenciamentos na APA Aldeia-Beberibe, o
95 que foi aprovado pela Plenária. Fechando esse “parênteses”, continuamos a discussão sobre a
96 revisão do plano de manejo. A Sra. Sandra Luz, do ITEP, pediu a palavra para esclarecer que foi

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

97 identificada a necessidade de ajustes para que o produto apresentado pelo CEPAN seja submetido à
98 SEMAS para aprovação, momento no qual poderá ser encaminhado também à CPRH e ao Conselho
99 Gestor da APA, para contribuições. Questionei à conselheira Fabiane acerca do prazo para
100 contribuições no diagnóstico e a realização das atividades de campo, que respondeu que, sendo
101 aprovados os ajustes necessários no cronograma de execução do projeto, o prazo para finalização do
102 diagnóstico será no início de maio, de modo que o campo deve acontecer nesse período. Sugeri que
103 sejam espacializados os estudos já existentes de modo a identificar as lacunas existentes no
104 território, de modo a direcionar as atividades aos locais pouco ou nunca amostrados. A conselheira
105 Ana Carolina, da UFRPE, destacou que a maior parte dos estudos já existentes certamente foram
106 realizados nas UCs de Proteção Integral existentes na APA, onde se têm vigilância para o
107 desenvolvimento dos trabalhos de campo, mas ressaltou a dificuldade de trabalhar em outras áreas
108 por questões de segurança, de modo que é interessante pontuar também áreas privadas onde seja
109 possível algum tipo de auxílio em relação à vigilância/segurança, bem como informar os proprietários
110 adequadamente sobre os estudos realizados. Nesse sentido, também é interessante mapear os
111 remanescentes florestais que se sabe quem são os proprietários. Sobre o comentário do conselheiro
112 Herbert acerca da utilização de imagens recentes e de alta resolução para a revisão do plano de
113 manejo, informei que verificarei a possibilidade de utilizarmos imagens do programa Brasil Mais, da
114 Polícia Federal, que a CPRH aderiu para acessar imagens de satélite com resolução espacial e
115 temporal adequadas ao serviço. Finalizando esse ponto, a conselheira Fabiane agradeceu as
116 contribuições e se comprometeu a continuar informando o Conselho sobre o andamento do
117 processo, a quem eu agradei pela disponibilidade e comprometimento no desenvolvimento de um
118 trabalho de qualidade baseada em fundamentação científica, o que foi reforçado pelos demais
119 conselheiros. A seguir, passamos ao ponto de pauta seguinte: **d) Atualização sobre o projeto da**
120 **Escola de Sargentos de Armas do Exército (ESA) no CIMNC.** relatei sobre a audiência pública virtual
121 realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Assembleia Legislativa de
122 Pernambuco (ALEPE) no dia 02 de dezembro de 2021, a pedido do Conselho Gestor da APA Aldeia-
123 Beberibe em virtude da falta de comunicação oficial do poder público com a sociedade diante de um
124 projeto gigantesco dentro de uma área protegida. A audiência durou cerca de 5h e contou com a
125 apresentação de vários representantes do Exército e também do nosso Conselho, além da
126 participação de dezenas de interessados. Naquela ocasião o Exército afirmou que ainda não existia
127 projeto definido para a nova ESA e que seriam necessários vários estudos para definição de sua
128 localização, sendo precipitada a preocupação sobre os impactos ambientais considerando o histórico

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

129 de respeito ao meio ambiente por parte daquela corporação, relativizando e minimizando os
130 impactos à biodiversidade ao comparar a área de implantação (150 hectares) com a dimensão total
131 do CIMNC (7500 hectares), cerca de 2% da área. Já os conselheiros da APA apresentaram os
132 potenciais impactos ambientais e sociais do projeto no CIMNC, bem como as restrições legais e o
133 regime especial do território, deixando clara a incompatibilidade do projeto com a área
134 potencialmente escolhida, a mata do CIMNC, além de contextualizar a realidade da Mata Atlântica
135 nordestina e pernambucana. Por fim, o Exército deixou claro que observará a legislação vigente e
136 afirmou que o projeto será exemplo de sustentabilidade. No dia seguinte, dia 03 de dezembro de
137 2021, foi realizada uma nova audiência, dessa vez promovida pela Promotoria de São Lourenço da
138 Mata - Ministério Público de Pernambuco (MPPE), da qual participaram a Dra. Rejane Strieder,
139 promotora de justiça, esta gestora da APA Aldeia-Beberibe, representantes do Exército Brasileiro e
140 do Fórum Socioambiental de Aldeia. Nessa nova oportunidade, surpreendentemente, o
141 representante do Exército afirmou que não há intenção de instalar a ESA fora do CIMNC, já que o
142 fato da propriedade ser do Exército ter sido o principal motivo para a decisão por Abreu e Lima, e
143 que inclusive eles já possuem isenção de licenciamento ambiental emitido pelo IBAMA, mas que, no
144 entanto, não existe projeto definido, apenas um *master plan* ilustrativo. Diante dos novos fatos
145 apresentados, o MPPE definiu que acompanhará os desdobramentos do projeto no âmbito de suas
146 atribuições, mas que o Ministério Público Federal (MPF) é quem deve conduzir qualquer
147 procedimento ou ação sobre o projeto, por competência, de modo que encaminhou representação
148 àquele *parquet*, o que também foi feito pelo FSaA. Em 14 de fevereiro 2022, o Conselho Gestor da
149 APA foi convidado para nova audiência pública promovida pela Comissão de Meio Ambiente e
150 Sustentabilidade da ALEPE, dessa vez provocada pelo Exército Brasileiro, na qual foi confirmada a
151 definição da área de instalação da ESA no CIMNC nas imediações de Chã de Cruz, exatamente no
152 local indicado no *master plan* antes dito como apenas ilustrativo, a despeito de todas as
153 preocupações compartilhadas nas reuniões anteriores. Dias depois, começaram a surgir informações
154 sobre um evento de lançamento do projeto no CIMNC pelo Presidente da República, o que de fato se
155 confirmou, tendo sido realizado a inauguração da pedra fundamental do projeto na sede do referido
156 Campo de Instrução, bem como assinatura de ordem de serviço da obra (não foi divulgado o objeto
157 do documento). Diante desse histórico, coloquei para reflexão e discussão com a Plenária os
158 seguintes pontos: a isenção de licenciamento ambiental é um salvo conduto para que o Exército
159 execute o projeto a despeito da legislação ambiental vigente, sobretudo em relação às áreas
160 protegidas? Se não se trata de simples licenciamento ambiental, uma vez que será necessária

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

161 supressão de vegetação de Mata Atlântica em Unidade de Conservação e Corredor Ecológico, além
162 de movimentação de terra, desmatamento e construção em área de proteção de mananciais de
163 categoria M1, como serão avaliadas as questões de avaliação de alternativa locacional e definição de
164 medidas mitigadoras e/ou compensatórias? Lembrei que temos uma moção do Plano de Ação
165 Nacional (PAN) para conservação da Herpetofauna sobre a importância daqueles remanescentes
166 para 46 espécies ameaçadas de extinção que ocorrem na região, e que seria interessante nos
167 mobilizar para buscar novos apoios para defesa desse território, bem como subsidiar o MPF para
168 atuação assertiva. A conselheira Edneida, da ANE, destaca a responsabilidade do Governo de
169 Pernambuco que entregou uma carta branca para o Exército com uma série de contrapartidas para a
170 atração do empreendimento para nosso Estado sem qualquer definição de localização e discussão de
171 possíveis impactos ambientais, e ressalta o conflito de suas políticas públicas no território,
172 completamente incompatíveis entre si. Questionou ainda se o tema já foi discutido no Conselho
173 Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA/PE), fórum adequado para discussão e definição de
174 encaminhamentos a nível estadual, o que foi ratificado pela conselheira Bruna, da UFPE. Informei
175 que sou conselheira do CONSEMA representando o Sindicato dos Trabalhadores Públicos da
176 Agricultura e Meio Ambiente de Pernambuco (SINTAPE), e que desde a reunião de posse, em
177 dezembro de 2021, pautei a necessidade de discussão sobre esse tema, mas a SEMAS informou que
178 o Estado não tem informação sobre o projeto em concreto para discussão. Pedi para a secretaria do
179 CONSEMA encaminhar aos conselheiros a notícia sobre o lançamento da pedra fundamental da ESA
180 no CIMNC na data de ontem, para entenderem a velocidade como o projeto tem sido conduzido, e
181 me comprometi a requisitar uma reunião extraordinária para tratar sobre o assunto, no espaço dos
182 conselheiros, na reunião prevista para acontecer amanhã, dia 25 de março de 2022, ressaltando
183 como o CONSEMA tem sido negligenciado na discussão das temáticas de gerência daquele fórum. A
184 conselheira Edneida compartilhou também sua indignação com o discurso enganoso dos
185 representantes do Exército Brasileiro nas audiências realizadas, que em um momento, em público,
186 afirmaram que seguiriam todo o rito de licenciamento ambiental e, no dia seguinte, em reservado,
187 assumiram que já possuíam isenção do procedimento, de modo que entende ser possível constatar
188 as afirmações nas gravações das audiências. Por fim, questionou se todo o empreendimento seria
189 caracterizado como “de instrução militar”, se enquadrando nas isenções legais, já que entende que
190 as residências e demais infraestruturas não se enquadrariam dessa forma. A conselheira Ludmila
191 Portela, do FSaA, propôs a elaboração de um manifesto para compartilhar com a sociedade e solicitar
192 o apoio de pessoas públicas para dar a maior repercussão possível a essa questão, tanto no público

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

193 geral quanto na academia, se colocando à disposição para ajudar na elaboração e na divulgação.
194 Comentei que poderíamos construir o documento baseado na manifestação encaminhada à ALEPE
195 que solicitava a realização da primeira audiência pública, que já estava bem embasada, para
196 disseminação junto a academia e instituições que poderão assinar conjuntamente com o Conselho, o
197 que foi acatado pela Plenária. A conselheira Ana Carolina, da UFRPE, sugeriu que seja elaborado
198 também um documento mais simples, com linguagem mais acessível e visual para compartilhar com
199 a sociedade em geral, o que também foi acatado pela Plenária. Dessa forma, me comprometi a fazer
200 os ajustes e submeter os documentos finais para aprovação dos conselheiros. O conselheiro
201 Anselmo Bezerra, do IFPE, lembrou que algumas figuras políticas têm usado as audiências públicas
202 realizadas por solicitação do nosso Conselho como se elas tivessem sido espaços adequados de
203 debate da ESA com a sociedade com o objetivo de legitimar o projeto, quando na verdade elas foram
204 reuniões de aproximação entre os principais atores para conhecimento da proposta, uma vez que
205 conforme o próprio Exército afirma, sequer existe projeto em concreto. A conselheira Bruna Bezerra,
206 da UFPE, comentou que certamente a área do CIMNC já esteja em estágio avançado de regeneração
207 considerando o tempo de recomposição natural da área, e comentou que se baseia em estudos
208 realizados por seu grupo de pesquisa na região que estima que áreas com cerca de 30 anos de
209 regeneração já apresentam características acústicas de habitats conservados e maduros. A
210 conselheira Mônica Rocha, da Usina São José, questionou se tivemos acesso ao documento que
211 isentou o licenciamento ambiental da ESA por parte do IBAMA, ocasião na qual apresentei o
212 documento compartilhado pelo MPPE. A conselheira Mônica, então, sugeriu que o Conselho
213 requirite, via Lei de Acesso à Informação (LAI), a cópia integral do processo no IBAMA, a fim de
214 compreender os termos de sua concessão, o que foi acatado pela Plenária. O conselheiro Herbert, do
215 FSA, comentou que a representação sobre a ESA encaminhada por eles ao MPF foi construída a
216 várias mãos mas em um pequeno período de tempo diante da velocidade dos acontecimentos, mas
217 que ela pode ser complementada a qualquer momento diante da existência de novos elementos.
218 Nesse sentido, o conselheiro pediu a colaboração dos demais colegas para dar robustez à
219 representação, considerando esta ser a única saída para que a ESA não se instale no remanescente
220 florestal mais importante da APA Aldeia-Beberibe. Ressaltei que os documentos a serem elaborados
221 pelo Conselho podem ser acostados à representação do MPF. O conselheiro Herbert comentou ainda
222 que a representação foi realizada com informações técnicas e legais relevantes, mas não teve apoio
223 jurídico na sua construção, o que pode limitar a nossa atuação. Comentou ainda que é importante
224 levantar as incoerências, inconsistências e inverdades nos discursos dos representantes do Exército

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

225 nas audiências realizadas, de modo a ficar demonstrada a intenção de induzir a uma conclusão
226 equivocada sobre o projeto, além da falta de fundamentação científica sobre os potenciais impactos
227 ambientais e sociais. Herbert informou que o FSaA fez imagens aéreas de drone da área de
228 implantação do empreendimento, completamente coberta por vegetação densa de Mata Atlântica, e
229 que pretende utiliza-lo num vídeo de sensibilização da sociedade sobre o impacto que terá a ESA. Por
230 fim, destacou que a ESA não se trata apenas de uma estrutura de instrução militar, mas um grande
231 complexo incluindo áreas residenciais e de serviços que não deveriam ser caracterizadas como de
232 caráter militar. A conselheira Ana Carolina, da UFPE, sugeriu que pensemos em um nome para
233 intitular a campanha, como teve o #Arrudeia para o Arco Viário. A conselheira Ludmila, do FSaA,
234 destacou a necessidade de termos recursos para contratar serviços para viabilizar as ações e
235 mobilizações, uma vez que existe uma grande dificuldade de se dar andamento a ações concretas
236 apenas com voluntariado. Finalizando esse ponto, passamos ao ponto **e) Atualização sobre o projeto**
237 **do Arco Viário Metropolitano;** onde o conselheiro Herbert apresentou rapidamente, considerando o
238 adiantar da hora, informações sobre o novo edital no processo licitatório do empreendimento,
239 destacando o cronograma físico de execução previsto e ressaltando que não identificou grandes
240 mudanças no novo edital em relação ao anterior. Acordamos de inserir novamente esse ponto na
241 próxima reunião para melhor aprofundamento. O item **f) Informes Gerais,** acabou sendo tratado ao
242 longo da reunião. Nada mais havendo a tratar, às 17h30min declarei encerrada a reunião ordinária
243 do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe. Por não haver mais nada a declarar, eu, Cinthia Renata
244 Vieira de Lima, Presidente do Conselho Gestor, lavro esta Ata que, lida e aprovada, será validada
245 pelos conselheiros presentes na reunião, conforme registros em anexo. Recife, 24 de março de 2022.